

Governo restringe endividamento dos estados

Brasília — Jamil Bittar

■ CMN limita a aquisição de títulos estaduais e federais pela rede de bancos privados

WLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA — Preocupado com a crise dos estados, o governo decidiu criar caminhos alternativos para evitar o crescimento das dívidas estaduais. Ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) restringiu a compra de novos títulos estaduais e municipais pelos bancos privados e proibiu a aquisição desses papéis pelos bancos estaduais.

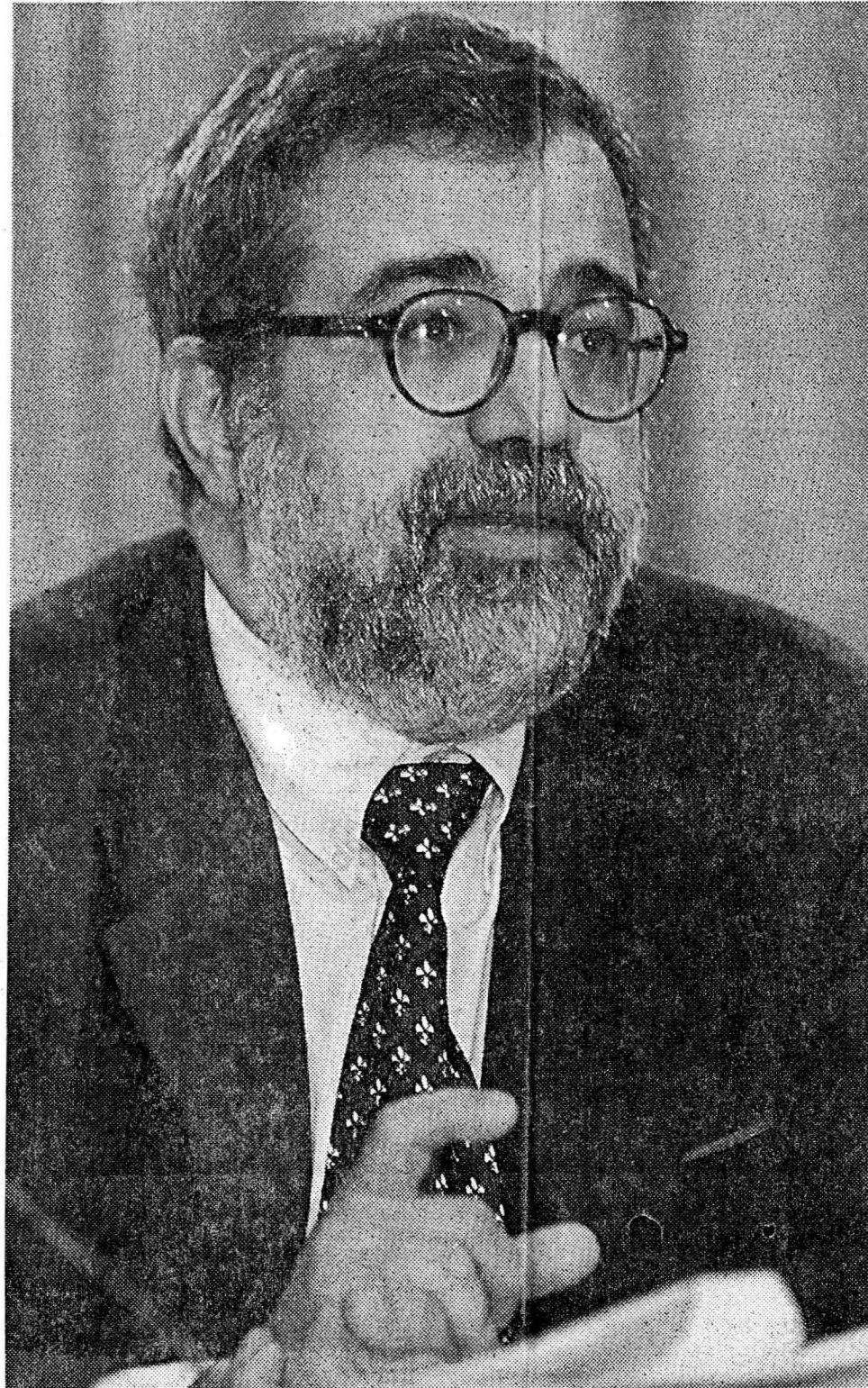
A medida atinge os títulos que deverão ser lançados pelos estados para o pagamento de precatórios (dívidas determinadas pela Justiça). Só os bancos federais — entre eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal — não sofreram limitações e poderão ajudar os estados a pagar suas contas. Com isso, o governo federal assume diretamente o controle sobre o endividamento estadual.

Os bancos privados não podem gastar mais do que 5% de seu patrimônio na compra de novos títulos emitidos por estados e municípios, com o objetivo de pagar precatórios. Quanto aos demais títulos, já postos no mercado, vale a limitação em vigor — aplicação máxima de 30% do patrimônio.

Ao anunciar a medida, o diretor de Normas do Banco Central, Alkimar Moura, afirmou que “a idéia é controlar a capacidade de endividamento dos estados e municípios”. Já o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, assegurou que o governo estava preocupado com os efeitos que uma grande compra de papéis estaduais e municipais poderia ter sobre as instituições financeiras, e não com a situação fiscal desses governos. “Nossa preocupação era com o sistema financeiro”, insistiu também o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Alkimar Moura disse também que os bancos estaduais estão proibidos de comprar esses papéis. “Eles só poderão comprar os novos títulos que forem lançados para a rolagem de dívidas já contraídas”, explicou. Atualmente, estados e municípios estão proibidos de lançar novos títulos, salvo em dois casos: para a rolagem de dívidas antigas e para o pagamento de precatórios.

Segundo Pedro Parente, o fato de os bancos federais estarem livres do limite imposto “por segurança” às instituições privadas não implicará em tratamento político na compra de títulos estaduais e municipais.



Loyola garantiu que a grande preocupação do governo são as instituições financeiras